

**ACOLHIMENTO, ESCUTA E DIÁLOGO: AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NA PRÁTICA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL**

***ACOGIDA, ESCUCHA Y DIÁLOGO: ACCIONES DE SALUD MENTAL EN LA PRÁCTICA DE LOS DOCENTES DE ORIENTACIÓN EDUCATIVA***

***WELCOMING SPACE, LISTENING AND DIALOGUE: MENTAL HEALTH ACTIONS IN THE PRACTICE OF EDUCATIONAL GUIDANCE TEACHERS***



Adriana Andrade ALVES<sup>1</sup>  
e-mail: [adriana.aalves@yahoo.com.br](mailto:adriana.aalves@yahoo.com.br)



Izabel Cristina de SOUZA<sup>2</sup>  
e-mail: [izabel.souza.rj@gmail.com](mailto:izabel.souza.rj@gmail.com)

**Como referenciar este artigo:**

ALVES, A. A.; SOUZA, I. C. de. Acolhimento, escuta e diálogo: Ações de saúde mental na prática do orientador educacional. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 9, n. esp. 1, e024006, 2024. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v9iesp.1.19400>



| Submetido em: 22/12/2023  
| Revisões requeridas em: 20/01/2024  
| Aprovado em: 25/01/2024  
| Publicado em: 12/07/2024

---

**Editoras:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado  
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales  
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora do Colégio de Aplicação da UFRJ no Setor de Orientação Educacional.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ no setor de Orientação Educacional. Doutoranda em Ciências Humanas - Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

---

**RESUMO:** O retorno presencial às escolas pós-pandemia trouxe à tona uma problemática para além dos currículos: as questões de sofrimento mental nos estudantes se materializaram de forma concreta no âmbito educativo. Em uma escola federal do Rio de Janeiro, o Setor de Orientação Educacional (SOE), responsável por estar próximo dos estudantes e familiares, se deparou com maior procura por espaços de escuta e acolhimento. Em sua grande maioria, as queixas atravessaram os aspectos da socialização, convivência, depressão e ansiedade. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de construção de ações para a saúde mental na esfera escolar com estudantes, familiares e educadores. A metodologia, de abordagem qualitativa, trata-se de um relato de experiência de professoras orientadoras educacionais do Ensino Fundamental – anos finais e do Ensino Médio. O trabalho aponta a importância de parcerias entre educação e saúde para atender as demandas que atravessam o contexto da aprendizagem dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação e saúde. Acolhimento. Parceria.

**RESUMEN:** *El regreso presencial a las escuelas después de la pandemia sacó a la luz un problema más allá del currículo: cuestiones de sufrimiento mental en los estudiantes se materializaron de manera concreta en el ámbito educativo. En una escuela federal de Río de Janeiro, el Sector de Orientación Educativa (SOE), responsable de estar cerca de los estudiantes y las familias, enfrentó una mayor demanda de espacios de escucha y acogida. La gran mayoría de las denuncias abarcaban aspectos de socialización, convivencia, depresión y ansiedad. El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de construcción de acciones para la salud mental en el ámbito escolar con estudiantes, familias y educadores. La metodología, con un enfoque cualitativo, es un relato de la experiencia de docentes de orientación educativa de los últimos años de Educación Primaria y Secundaria. El trabajo destaca la importancia de las alianzas entre educación y salud para satisfacer las demandas que atraviesan el contexto del aprendizaje de los estudiantes.*

**PALABRAS CLAVE:** Educación y salud. Acogida. Alianzas.

**ABSTRACT:** *The in-person return to school post-pandemic brought to light a problem beyond the curriculum: issues of mental suffering in students materialized in a concrete way in the educational sphere. In a federal school in Rio de Janeiro, the Educational Guidance Sector (SOE), responsible for being close to students and families, was faced with greater demand for listening and welcoming spaces. Most complaints covered aspects of socialization, coexistence, depression and anxiety. The objective of this work is to analyze the process of building actions for mental health in the school sphere with students, families and educators. The methodology, with a qualitative approach, is an experience report from educational guidance teachers in the final years of Elementary and High School. The work highlights the importance of partnerships between education and health to meet the demands that cross the context of student learning.*

**KEYWORDS:** Education and health. Welcoming space. Partnership.

## Introdução

A saúde mental é uma área que recebe destaque no âmbito das discussões sobre saúde e vem tendo sua relevância reconhecida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela poderia ser definida como “um estado de bem-estar em que o indivíduo realiza suas capacidades, supera o estresse normal da vida, trabalha de forma produtiva e frutífera e contribui de alguma forma para sua comunidade” (OMS, 2022).

A pandemia da COVID-19 alastrou uma crise mundial de saúde pública que teve reflexos no âmbito político, econômico, social e cultural, refletindo diretamente nos aspectos inerentes à saúde mental. Segundo Faraj *et al.* (2022) os dados da Organização Mundial da Saúde de 2020 apontam que o período da pandemia:

[...] contribuiu com o aumento de mais de 25% dos casos de doenças psiquiátricas no mundo como, por exemplo, a depressão. Sob esse contexto, o Brasil se estabeleceu como o país de maior prevalência da doença dentre toda a América Latina (Ministério da Saúde, 2022), o que levou o Conselho Federal de Enfermagem (2022) a entender como um segundo período de crise, dessa vez, em Saúde Mental (Faraj *et al.*, 2022, p. 4).

Para Estanislau e Bressan (2014, p. 14) o paradigma de saúde mental evoluiu nas últimas décadas ampliando os conceitos puramente biológicos e passando a considerar os “fenômenos resultantes da interação complexa entre fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”. A escola, como ambiente que promove experiências de socialização a partir da diferença em grupos ampliados, é cenário relevante para fomentar e contribuir com o debate.

No contexto educacional, a pandemia da COVID-19 evidenciou a necessidade de debater a saúde mental nas escolas. O isolamento social, a partir de março de 2020, alterou de forma significativa a dinâmica cotidiana dos estudantes, familiares e educadores. Em decorrência desse período, após o gradativo retorno ao ensino presencial, pode-se observar, além das questões de aprendizagem, o aumento significativo de casos ligados à saúde mental, sobretudo os sintomas de ansiedade, depressão e dificuldades na socialização dos estudantes.

Neste artigo, damos luz às vivências de educadoras que acompanharam de perto o surgimento de questões de saúde mental em adolescentes e jovens a partir da pandemia. A narrativa acontece a partir dessas educadoras em uma escola pública federal do Rio de Janeiro/RJ, que atende estudantes de diferentes faixas etárias e de grupos heterogêneos da sociedade, em relação ao nível socioeconômico, localidade de moradia, gênero e raça/cor.

O setor de orientação educacional (SOE), especialmente voltado para o acolhimento de crianças e adolescentes no seu processo de desenvolvimento escolar, se deparou com o aumento

da procura dos estudantes por espaços de diálogo e escuta, com frequentes pedidos de ajuda no âmbito da saúde mental. Essas demandas chamaram a atenção das professoras atuantes no setor, graduadas em Pedagogia, e as levou a pensar em possibilidades de suporte no âmbito escolar.

Este artigo visa analisar o processo de construção de ações para a saúde mental na esfera escolar com estudantes, familiares e educadores, a partir do relato de experiência de professoras orientadoras educacionais que atuam no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio. O texto está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira delas, apresentamos a metodologia adotada no artigo, contextualizando-a em relação à instituição de ensino da qual se trata esse trabalho. Na segunda seção, trazemos reflexões sobre adolescência e juventude e a prática de orientadores educacionais nessa etapa. Na seção seguinte, discutimos sobre o processo de construção de ações enquanto orientadoras educacionais para a saúde mental dos estudantes. A quarta seção discute os desafios e limites encontrados pela orientação educacional no âmbito da saúde mental de adolescentes e jovens. Por fim, as considerações finais apontam, a partir das discussões e das práticas apresentadas, caminhos que permitem continuar olhando para a saúde mental no cenário educacional brasileiro.

## **Metodologia**

A metodologia deste trabalho teve abordagem qualitativa e trata-se de um relato de experiência de professoras orientadoras educacionais que atuam com o Ensino Fundamental - anos finais e o Ensino Médio. O relato contempla as experiências com cerca de 450 estudantes, na faixa etária de 14 a 18 anos, e compreende as vivências do período de 2021 a 2023, em uma escola da rede federal de educação localizada no Rio de Janeiro.

O relato de experiência (RE) é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p.65). Os autores ainda destacam:

Então, o RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 64).

Apesar de Mussi, Flores e Almeida (2021) se referirem ao RE no contexto acadêmico do ensino superior, entendemos que ele também pode ser aplicado à educação básica, objeto deste estudo.

As ações desenvolvidas para compor o relato, compreendem três frentes de atuação. A primeira consiste nos atendimentos individuais realizados com os próprios estudantes, seus familiares, docentes e profissionais da saúde responsáveis pelo seu acompanhamento. A segunda abarca as atividades de sala de aula com as turmas de cada uma das séries envolvidas. E a terceira, nos estudos de caso realizados pelas orientadoras educacionais e no fortalecimento de parcerias estabelecidas com projetos de pesquisa, espaços e profissionais da saúde.

Para a construção das ações, foram considerados os aspectos relacionais dos adolescentes e jovens no contexto escolar e familiar. Conforme citado por Alves (2019), a teoria das relações significativas desenvolvida por Grinspun (1992) nos ajuda a pensar as tramas do processo de estar e conviver com outro. Essa teoria compreende cinco pontos básicos: valoração, compreensão, conhecimento, confronto e produção, que se estabelecem em cinco momentos: 1. EU com EU (condições de estruturação do EU em uma estrutura dialética de criar sua história, fazer a história e fazer-se histórico) 2. EU com TU: (dar significado na ação do outro e reconhecer o processo dinâmico, contínuo e permanente de múltipla integração de um com o outro) 3. EU com o NÓS (corresponde ao meio, uma relação mais ampla de pluralidade e valor das dialéticas sociais) 4. TU com o NÓS (o outro com o meio); 5. NÓS com NÓS (meio com o meio) (Grinspun, 1992 *apud* Alves, 2019, p. 41).

A partir disso, Grinspun (1992 *apud* Alves, 2019) destaca três pontos fundamentais na atuação do orientador educacional: observar (observação geral e constante dos fenômenos com o objetivo de trabalhar com dados interligados), compreender (detectar causas e origens dos fenômenos) e agir (ação sobre os fatos). O tripé aliado à teoria das relações significativas também é apresentado no estudo de Alves (2019) acerca do fomento de práticas desenvolvidas pelos orientadores educacionais no âmbito das relações estabelecidas na escola. Tal estudo corrobora e dialoga com as ações propostas pelas orientadoras educacionais nas três frentes de atuação deste relato gerando contribuições nas práticas dos orientadores educacionais.

A escrita do texto apresentado utilizou como fonte de dados os registros produzidos pelas próprias orientadoras, sejam as atas das reuniões e ou reflexões sobre os atendimentos ou intervenções coletivas com as turmas, bem como os registros produzidos em sala de aula com os estudantes. Entendemos os registros produzidos a partir da perspectiva de Freire (1996), que prevê a observação, o registro e a reflexão como exercício metodológico sistematizado da

prática docente. A partir de seus estudos, a observação consiste em romper o olhar cristalizado que nos paralisa. Requer atenção e presença no movimento de sair de si para ver o outro. O registro consiste no próprio ato de escrever sobre seu processo pedagógico, como ampliação da memória capaz de gerar o exercício de ações e reflexões acerca do objeto de estudo. Em suas palavras:

Este aprendizado do registro é o mais poderoso instrumento na construção da consciência pedagógica e política do educador [...]. O ato de escrever nos obriga a formular perguntas, levantamento de hipóteses, onde vamos aprendendo mais e mais, tanto a formulá-las quanto a respondê-las. Esta capacidade tão vital de perguntar, que nos impulsiona à vitalidade de pensar, pesquisar, aprender, todo educador tem que educar. Assim o registrar de sua reflexão cotidiana significa abrir-se para seu processo de aprendizagem (Freire, 1996, p. 6).

Os registros, aliados ao campo da observação e reflexão da prática, orientam os caminhos possíveis na construção e sistematização de ações de experimentação de linguagens. Para explicitar a discussão dos resultados, foram elaborados imagens e esquemas baseados nos registros das orientadoras e nos registros construídos em sala com os estudantes, visando destacar aspectos predominantes na atuação das orientadoras nos atendimentos individuais, atividades com as turmas e encaminhamentos para profissionais de saúde.

### **Adolescência, juventude e orientação educacional: a saúde mental em evidência**

A transição da infância para a vida adulta é um período repleto de mudanças nos diversos âmbitos da vida. Neste artigo, utilizamos como referência, em termos de faixa etária, a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), que compreende a adolescência como a etapa entre 12 e 18 anos de idade. No lócus do estudo, a maior parte dos estudantes do Ensino Fundamental – anos finais e do Ensino Médio apresenta entre 12 e 18 anos, ainda que haja algumas exceções de jovens acima dos 18 anos que estão no espaço escolar sem terem finalizado a etapa de formação na Educação Básica.

Compreendemos a adolescência e a juventude de maneira não unívoca, a partir da perspectiva sócio-histórica discutida por Bock (2007). A discussão da autora vai na contramão de diferentes estudos da Psicologia do Desenvolvimento, que compreendem essas etapas de modo universal, sem os atravessamentos culturais, sociais e econômicos que as perpassam:

Nossa cultura valoriza o adulto produtivo. Desvaloriza todas as outras fases da vida: a infância, a velhice e a adolescência, tomadas como fases improdutivas para a sociedade, por isso desvalorizadas. A visão naturalizadora

reforça estes valores, ao tomar o desenvolvimento como referência (Bock, 2007, p. 73).

Na mesma perspectiva, Novaes (2009) também critica a compreensão desses períodos da vida como universais:

Infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice: cada uma destas palavras designa um período diferente da vida. São palavras que nasceram no campo das ciências – sobretudo da biologia, medicina e psicologia – mas hoje habitam o vocabulário comum da vida cotidiana. A distinção entre cada uma destas fases passou a ser vista como natural, como se houvesse uma cronologia geral, oficial, definidora da “natureza humana”. Neste contexto, a “juventude” é tratada como se fosse um segmento populacional bem definido, suposto como universal (Novaes, 2009, p. 10).

Nesse sentido, podemos dizer que a instituição escolar é o espaço de encontro entre adolescências e juventudes, num contexto cada vez mais plural a partir da recente democratização do acesso à escola da qual falamos, cuja adoção ao sorteio como forma de acesso se deu na última década, o que tem ampliado a chegada de estudantes de grupos minoritários e tornado esse espaço mais heterogêneo.

Num contexto de escola com público heterogêneo, as situações de conflito podem ser ainda mais intensificadas no encontro com a diferença e com as desigualdades em suas múltiplas facetas, seja entre os adolescentes e jovens com os pares ou entre eles e os educadores. Bock (2007) explicita a respeito do sentimento de apropriação dos pais em relação aos filhos e da dificuldade em se reconhecer a existência de culturas jovens. Para a autora, os adolescentes são colocados como responsáveis pelas relações tensas e conflituosas com os adultos; por sua vez, cabe aos pais “salvarem” essas relações. Além disso, os pais não veem os filhos adolescentes como parceiros.

Em diálogo com Bock (2007), defendemos que os adolescentes e jovens precisam ser reconhecidos como parceiros sociais, com os quais se deve estabelecer um diálogo e não uma simples tolerância. Assim, também é necessário compreender as adolescências e as juventudes “em suas diversidades, vulnerabilidades e potencialidades” (Novaes, 2009, p. 19). Optamos por usar ambos os termos – “adolescentes” e “jovens” – para nos referirmos aos estudantes, não os restringindo ao marcador etário e entendendo a complexidade dessa discussão.

A orientação educacional pode ter um papel aliado no contato com os adolescentes e jovens no cotidiano escolar. Ela é compreendida como a área cujo foco está no desenvolvimento integral dos estudantes (Giacaglia; Pentead, 2010) e sua formação cidadã numa perspectiva crítica, levando em conta seus desejos, utopias e paixões. (Grinspun, 2011). Assim, ao se

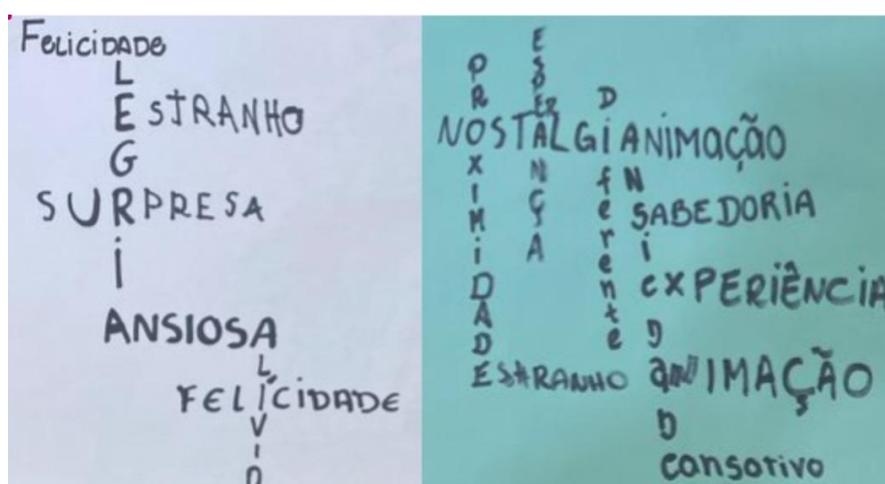
colocar disponível a compreender o encontro das diversidades de adolescências e juventudes no espaço escolar, a orientação educacional constrói diálogos com o estudante, seus pares, sua família e demais educadores.

Sendo a porta de entrada da escuta e do acolhimento dos estudantes, em diversas ocasiões, é através do SOE que acontece a chegada das narrativas de sofrimento e conflitos dos adolescentes e jovens. Tanto nas atividades em sala de aula com as turmas ou nas conversas individuais e/ou em pequenos grupos, diversos estudantes compreenderam o SOE como um espaço de acolhimento para escuta e diálogo.

### **Ações de orientadoras educacionais para a saúde mental dos estudantes: acolhimento, escuta, diálogo e vínculo**

Em outubro de 2021, a escola pública federal em questão retomou o ensino presencial, mas, devido às condições de distanciamento ainda vigentes na pandemia, as turmas foram divididas em dois grupos para que não houvesse aglomeração de estudantes por sala e pela escola. Foi apenas em 2022 que as turmas voltaram a frequentar a escola com a composição original e utilizando a máscara de forma obrigatória. A seguir, exibimos o registro produzido pelos estudantes do Ensino Médio no primeiro dia de retorno híbrido.

**Figura 1** - Atividade do primeiro dia de retorno híbrido em 2021



Fonte: Elaboração das autoras

Observou-se, desde o momento inicial, diversas dificuldades na interação entre os estudantes, expressas em atitudes de isolamento, como a preferência por usar o celular em vez de conversar com colegas. Além disso, a cada atendimento com estudantes e/ou familiares, eram sinalizados os casos de sofrimento psíquico que surgiram durante o confinamento. As

professoras atuantes no SOE junto ao Ensino Fundamental – anos finais e ao Ensino Médio também passaram a receber um maior número de relatos de ideação suicida dos estudantes. Também foram acionadas para acolher jovens em diversos casos de lesões autoprovocadas, dentro da escola e de suas casas. Alguns alunos compartilhavam com as professoras orientadoras sobre a busca de atendimento de psicólogos e psiquiatras e pediam para que fossem encaminhados a esses profissionais, entendendo que precisavam de ajuda.

As situações descritas, que foram se tornando uma rotina no SOE, mobilizou as professoras a atuarem de diferentes formas para responderem às questões que surgiam no cotidiano. Oliveira (2021) aponta a escola como um espaço privilegiado na promoção ações de saúde mental, destacando a relevância da atuação em etapas precoces do desenvolvimento. Este estudo visa compartilhar a importância de garantir os espaços de acolhimento e escuta nas escolas como forte aliado na identificação e mapeamento dos casos de sofrimento psíquico, violência autoprovocada, encaminhamento adequado aos profissionais de saúde especializados e proposição de intervenções e ações dentro do próprio espaço escolar.

Os atendimentos individuais compõem uma das principais frentes de atuação dos orientadores educacionais. Cabe ressaltar que a orientação educacional não promove atendimentos de caráter terapêutico, mas tem o intuito de acolher as demandas dos estudantes enquanto educadoras e não como profissionais de saúde mental em atuação clínica. Compreendemos que nossa ação se dá num ambiente institucional escolar e as discussões e proposições dos atendimentos sempre têm o horizonte de propiciar suporte para a experiência dos adolescentes e jovens como estudantes.

Os atendimentos são realizados a partir de solicitações dos próprios estudantes, das famílias, de docentes e de profissionais de saúde que os atendem em contexto extraescolar. Cabe ressaltar que muitos dos atendimentos realizados, são propostos pelas próprias orientadoras e configuram como porta de entrada para estabelecer o primeiro contato de acolhimento e escuta da história de vida do estudante. A escuta se tornou elemento central das nossas ações. Como ressalta Freire (1996, p. 10) “ver e ouvir demanda implicação, entrega ao outro, estar aberto para ver e ouvir como é [...] é buscar sintonia com o ritmo do outro”.

As orientadoras educacionais acompanham, desde o início do ano, determinadas turmas e séries. Elas se debruçam sobre a história de cada estudante que compõem as turmas, observando os registros anteriores sobre o contexto familiar, comunitário, social e as questões de aprendizagens e socialização. A partir do acesso à história dos adolescentes e jovens, as professoras conseguem dar luz às necessidades e especificidades que serão importantes no

decorrer do ano letivo. No caso dos adolescentes e jovens, observamos que é bastante comum a procura do SOE pelos próprios estudantes.

O fato das professoras orientadoras se apropriarem da história deles e de se colocarem disponíveis à escuta pode ser importante na criação de vínculo entre orientadora e estudante, vínculo esse que propicia o compartilhamento de sonhos, projetos, dúvidas, inquietudes e também de sofrimento. A procura dos estudantes por este espaço, também revela a construção de um ambiente favorável à livre expressão, capaz de proporcionar o acolhimento em situação de grande estresse e frustração.

Neste contexto pós-pandêmico, observamos aumento na procura dos estudantes para atendimentos individuais. Passou a ser comum termos de pedir aos estudantes para aguardarem ou combinarmos um horário específico, já que as demandas surgiam de maneira simultânea. Nas conversas individuais com os alunos, apareciam problemáticas ligadas à dificuldade em restabelecer contato com os pares, principalmente por se verem “diferentes” de como eram antes, com outros interesses e gostos. Assim, algumas questões frequentemente colocadas eram a perda dos amigos e a dificuldade em construir novos laços pelo medo de rejeição. Também compartilhavam questões para conseguir expressar seus sentimentos para as pessoas com as quais tinham vínculo.

Além disso, nos dias de atividades avaliativas, se tornou comum sermos acionadas pelos estudantes que demonstraram nervosismo, ansiedade e medo de terem um mau desempenho. No cotidiano, passou a ser corriqueiro haver estudantes com sintomas de ansiedade como taquicardia, tremor, choro e falta de ar motivados por alguma situação de conflito com os pares, com outros educadores da escola, conflitos familiares e frustração diante de resultados acadêmicos. Foi também nas conversas individuais que os estudantes compartilharam ter ideia suicida e nos mostraram lesões autoprovocadas, o que nos levou a tomar algumas ações que serão abordadas mais adiante.

Nos atendimentos, nem sempre o sofrimento era verbalizado com palavras - em algumas ocasiões, os estudantes se expressavam através de textos escritos e/ou desenhos. Estes recursos foram utilizados como estratégias capazes de oferecer um canal de diálogo para além da verbalização, especialmente em cenários de grande introspecção. Os atendimentos individuais, principalmente nas situações de urgência trazidas pelos estudantes, se configuraram como espaços de pausa necessários e capazes de proporcionar tranquilidade e conforto em momentos de alto grau de estresse e frustração, possibilitando, inclusive, o processamento e elaboração das próprias emoções de acordo com o contexto para retorno às atividades escolares do dia.

O aumento notado pelas orientadoras nas demandas de saúde mental de adolescentes e jovens também foi observado pelas famílias, que traziam relatos sobre sintomas compatíveis com quadros de ansiedade, depressão e outras questões. Nos atendimentos, as professoras procuravam entender se as famílias percebiam em casa o sofrimento dos estudantes que estávamos observando no ambiente escolar, alinhando essas perspectivas sobre os adolescentes e jovens nos diferentes espaços onde se encontram. Com os profissionais da saúde, os atendimentos tinham o mesmo intuito e também se buscava orientações sobre intervenções que podíamos fazer na escola para dar suporte aos adolescentes e jovens.

A atuação do SOE também prevê a realização de atividades em sala de aula, o que compreendemos ser fundamental para nossa prática. Nas ações com o coletivo, entendemos a observação como dispositivo que nos ajuda a compreender o contexto e mapear situações no âmbito individual, das relações e da socialização. Como diz Freire (1996, p. 7), a observação é ferramenta básica no aprendizado do olhar, requer atenção e presença para a escuta de ruídos e silêncios na comunicação. Não é sobre invadir o espaço do outro sem pauta, sem planejamento e sem devolução, mas colher os registros da realidade significativa e não idealizada.

As atividades são voltadas tanto para a autoavaliação, avaliação do processo escolar e da equipe docente, momentos de observação, coleta de informações e levantamento de demandas dos estudantes, quanto encontros elaborados para discutir temáticas específicas da faixa etária e de cada segmento escolar. No âmbito da convivência, os encontros com os grupos, possibilitam ao orientador compreender e “atuar no campo das relações significativas, propiciando um espaço colaborativo e facilitador da percepção dessas relações” (Alves, 2019, p. 42) e conseqüentemente seus impactos nas questões emocionais que atravessam sua aprendizagem. Apresentamos a imagem produzida a partir de relatos de 90 estudantes do ensino médio sobre os desafios do retorno presencial no ano de 2022. O registro elucida a prevalência das questões de socialização e convivência.

Figura 2 – Relatos de estudantes sobre os desafios do retorno presencial em 2022



Fonte: Elaboração das autoras

São ainda realizadas atividades em sala de aula que integram diferentes faixas etárias e segmentos, com o objetivo de dialogar sobre temas que perpassam todo o coletivo da escola. Como exemplos, podemos citar a elaboração de palavras cruzadas pelos estudantes no retorno ao ensino híbrido, em outubro de 2021 (figura 1) e as rodas de conversa sobre os desafios do retorno presencial ao longo do ano letivo de 2022 (figura 2). No mesmo período, também foram feitos debates sobre convivência, empatia e respeito às diferenças a partir de diferentes materiais como vídeos, imagens, charges e textos para impulsionar as discussões. Nessas atividades, os estudantes foram divididos em grupos e depois apresentaram suas reflexões para a turma, que foram registradas pelas orientadoras. Estes momentos criaram oportunidades para que os próprios estudantes verbalizem sobre seus processos coletivos e individuais, possibilitando a construção de ações em conjunto com os jovens e adolescentes. A seguir, ilustramos uma das atividades desenvolvidas no Encontro anual de Representantes de turmas - ENREP, a partir da pergunta: o que te acolhe? Nessa proposta, os estudantes escreveram individualmente uma palavra para responder à questão proposta e afixaram a palavra na representação da escola, para que todos pudessem fazer suas reflexões.

**Figura 3** – Registro de atividade produzida no ENREP (2022)



Fonte: Elaboração das autoras

Nessas atividades coletivas, sobretudo nas rodas de conversa e debates, os adolescentes e jovens trouxeram diversos relatos de cansaço, privação de sono, exaustão e desânimo com a rotina que vivenciam. É importante contextualizar que as aulas do Ensino Fundamental – anos finais e do Ensino Médio acontecem no turno da manhã, com algumas atividades no turno da tarde, e parte dos estudantes não reside no entorno da escola. Assim, nas rodas de conversa e debates, apareceram queixas sobre questões sociais muito importantes, como a necessidade de acordar antes das 5 horas da manhã para ir à escola e chegar em casa apenas às 20 horas, por morarem em localidades distantes. Por mais que o sofrimento psíquico possa ser entendido a partir desses relatos, o contexto nos ajuda a compreender que ele está atrelado a variáveis sociais de alto impacto no cotidiano juvenil de uma parcela de nossos estudantes e não pode ser desconsiderado ou minimizado.

Os estudos de caso se mostraram como uma ferramenta fundamental ao SOE, principalmente diante da similaridade de questões com estudantes do Ensino Fundamental – anos finais e do Ensino Médio. Eles consistiam em um momento, na reunião de equipe do SOE, no qual uma das professoras apresentava o caso de algum estudante de uma das turmas acompanhadas, explicitando as ações tomadas e planejadas na ocasião e as referências teórico-legais que fundamentaram essas ações. Ao discutir sobre os casos com a equipe, as professoras

podiam trocar experiências e possibilidades de atuação em relação aos estudantes. Além disso, os estudos permitiram que o setor se debruçasse, nas reuniões de equipe, sobre a construção de formas de proceder diante de casos parecidos.

Podemos exemplificar a discussão sobre os estudantes em caso de lesão autoprovocada, a partir da Lei nº 13.819 de abril de 2019, que versa sobre a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Brasil, 2019). O texto sinaliza sobre a notificação compulsória ao Conselho Tutelar quando a escola identifica violência autoprovocada. Entendemos que, nesse tipo de caso, iríamos elaborar um relatório sobre o estudante e a direção o enviaria ao Conselho Tutelar.

No estudo de Souza (2018), os orientadores educacionais da região metropolitana fluminense destacaram perceber a necessidade de realizar um trabalho articulado com os demais atores escolares e com outros órgãos e setores que possibilitam ações conjuntas. Da mesma maneira, nossa experiência tem indicado um caminho semelhante.

O encaminhamento dos estudantes para a rede de atenção psicossocial (RAPS) tem destaque em nossa atuação cotidiana no SOE. Uma das atribuições da equipe é encaminhar os adolescentes e jovens que necessitam de apoio profissional nas diferentes áreas da saúde. Ao perceber a necessidade desse tipo de acompanhamento, as professoras realizam uma conversa com a família dos estudantes para indicar o tipo de especialidade que os adolescentes e jovens precisam. Nesse sentido, podemos observar que as professoras orientadoras exercem sua discricionariedade, muito abordado na pesquisa de Lotta (2012), ou seja, tomam a decisão de direcionar o estudante para algum tipo de atendimento. Essa escolha pode acontecer a partir da interação entre os valores das próprias professoras e as normas e procedimentos da instituição de ensino, definindo como atuará diante do caso.

O que temos notado após a pandemia é a ampliação dos pedidos dos próprios estudantes para que acessem os serviços de saúde mental. Anteriormente, era mais comum que os adultos que lidam com os jovens e adolescentes, sejam educadores ou familiares, pedirem os encaminhamentos ao setor. É importante refletir que os estudantes já chegam para as conversas solicitando um encaminhamento nomeando o diagnóstico que acreditam apresentar, e temos a hipótese de que esse tipo de informação sobre laudos e diagnósticos decorrem do acesso a redes sociais nas quais estão presentes muitas informações, inclusive equivocadas e enviesadas, sobre transtornos mentais. Tornou-se comum que os estudantes afirmem que têm algum transtorno porque fizeram um teste em determinada rede social. Esse tipo de afirmação é utilizado pelas professoras para discutir com o coletivo de estudantes sobre a temática.

Diante do aumento da demanda por encaminhamentos, principalmente para psicólogos e psiquiatras, o SOE passou a se dedicar de maneira mais intensificada para fortalecer as parcerias que já tínhamos com alguns projetos de extensão da própria universidade. Alguns desses projetos oferecem vagas de avaliação e atendimento neuropsicológico e neurológico para estudantes indicados pela equipe. Para as situações que precisam de psicoterapia, fonoterapia e outras especialidades desta natureza, as orientadoras têm feito contato com espaços que realizam atendimento com valor social para encaminhar os estudantes.

Além disso, foi necessário buscar as clínicas da família, centros de atenção psicossocial infantojuvenil (CAPSi) e centros de atenção psicossocial (CAPS), sendo esses últimos para os estudantes maiores de 18 anos. Essas reuniões com as equipes, atreladas ao estudo dos documentos norteadores, nos permitiu compreender o sistema de acesso a esses acompanhamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que funciona de forma territorializada. No caso de uma instituição escolar que atende a estudantes de diferentes localidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, o contato com as equipes de saúde para os encaminhamentos se torna mais complexo, já que uma única professora orientadora pode precisar fazer contato com diversas clínicas da família, CAPS e CAPSi.

Observamos que as três principais frentes de atuação das orientadoras educacionais no Ensino Fundamental – anos finais e no Ensino Médio – atendimentos individuais, atividades com as turmas e encaminhamentos para profissionais de saúde - se mostraram valiosas diante do sofrimento narrado pelos estudantes, familiares, profissionais da saúde e docentes.

As ações de escuta e acolhimento promovidas pelas orientadoras educacionais possibilitam a observação de sinais que permitem as intervenções precoces, sinais esses que poderiam ter sido facilmente interpretados como desinteresse e descaso. Em um ambiente ainda permeado pelo resultado e pelo desempenho, olhar para a saúde mental dos estudantes pode ser um diferencial na compreensão da relação dos adolescentes e jovens com a escola, com os pares, com os adultos e com a própria vida. A seguir, apresentamos uma figura que explicita esses aspectos tão fundamentais para a atuação de orientadores educacionais na promoção de saúde mental de adolescentes e jovens:

**Figura 4** - Elementos norteadores da atuação de orientadores educacionais para a saúde mental de adolescentes e jovens



Fonte: Elaboração das autoras

### **Desafios e limites da orientação educacional na promoção de saúde mental na adolescência e juventude**

As experiências vivenciadas ao longo dos três últimos anos evidenciam os limites enfrentados pelas escolas na garantia de atendimentos e intervenções necessárias aos estudantes em situação de sofrimento psíquico.

Alguns aspectos principais a serem considerados são os desafios socioeconômicos que inviabilizam a busca por intervenções adequadas. Na conjuntura vivida por parte dos adolescentes e jovens, sobretudo os de grupos minoritários, as dificuldades socioeconômicas implicam na saúde mental desses estudantes. Compreendemos que as condições precárias de acesso à escola, a falta de infraestrutura das moradias e as questões de insuficiência alimentar são alguns elementos que se relacionam ao cansaço físico e mental, sensação de esgotamento, privação de sono e alimentação inadequada narrados pelos estudantes durante os atendimentos individuais e as atividades coletivas. Em um contexto de escassez de recursos, cabe à escola direcionar as famílias dos estudantes para obter assistência estudantil e se inserir em programas sociais, mas sabemos que isso é insuficiente diante de um cenário de desigualdades provocados pelo atual modo de produção.

Além disso, alguns adolescentes, enquanto menores de idade, dependem de seus responsáveis legais para frequentarem os espaços de saúde. Nem sempre esses adultos possuem disponibilidade de tempo para acompanhá-los, o que impede a continuidade dos atendimentos. Para muitas famílias, levar o filho ao psicólogo, por exemplo, significa ter que sair mais cedo do trabalho semanalmente e essa não é uma realidade possível para elas.

Outro aspecto observado foi a alta procura por espaços de atendimento gratuito e social frente a quantidade de vagas disponibilizadas. Ao fazermos nossos levantamentos sobre as vagas disponíveis no território de origem dos estudantes, analisamos que havia menos vagas nas áreas periféricas da cidade e região metropolitana fluminense, sendo essas as áreas com mais estudantes que precisam de atendimento gratuito ou em valor social. Os adolescentes e jovens em sofrimento psíquico que necessitam de atendimento conseguem acessar mais facilmente esses serviços por terem condições de arcar financeiramente com os custos.

Arelado a esse fator, notamos uma distinção no tempo de espera para garantia dos atendimentos no sistema público de saúde. Em contato com as clínicas da família, CAPS e CAPSi das regiões de maior poder aquisitivo, observamos haver uma equipe multiprofissional mais completa, com profissionais diversificados, o que não acontecia nos espaços situados nas periferias da cidade e região metropolitana fluminense. Assim, o tempo de espera pelos atendimentos no SUS, para os estudantes com menor nível socioeconômico, tem se mostrado superior aos que residem nas áreas mais abastadas.

Diante do cenário, apontamos que as ações do SOE para estabelecer parcerias com projetos de extensão da universidade e com profissionais da saúde que atendem a valor social viabilizaram a garantia de atendimentos, especialmente aos estudantes mais vulnerabilizados socialmente. Considerando o tempo de espera e a escassez de vagas, as parcerias podem permitir o acesso mais rápido a serviços de saúde diversificados e de qualidade.

Gomes e Grinspun (2018) compreendem que a orientação educacional funciona como um elo entre a família, a escola e a comunidade. Isso nos direciona para outro aspecto desafiador como professoras no SOE: a aceitação da família para buscar atendimento especializado. Ao lidar com os adolescentes e jovens, é comum que eles próprios apresentem essa demanda, como já foi discutido. Entretanto, o trabalho da orientação educacional se constrói no processo de diálogo com as famílias, e não é sempre que há uma aceitação para as questões de saúde mental. Em diversas situações, as famílias não compreendem o sofrimento dos adolescentes e jovens e atribuem esse à faixa etária, como se fosse algo que pode ser resolvido sempre de forma natural, sem intervenções. Assim, há famílias que entendem o sofrimento psíquico como frescura ou fraqueza, de forma bastante estereotipada, o que dificulta ainda mais o acesso dos adolescentes e jovens aos cuidados que necessitam. Neste contexto, cabe ao orientador educacional problematizar com as famílias sobre a saúde mental e sua relevância para não negligenciar questões fundamentais a serem acompanhadas.

Nas ações com os coletivos de estudantes, apontamos sobre a necessidade de a professora orientadora de referência da turma ter cuidado ao abordar temáticas em sala de aula que podem despertar gatilhos nos estudantes. Por ter conhecimento prévio sobre a história de vida de cada um, é fundamental buscar maneiras sutis de abarcar nas atividades as questões que se fazem indispensáveis, mas sem correr o risco de expor os estudantes e suas particularidades. O trabalho coletivo na adolescência e juventude se mostra muito potente para o protagonismo e a construção de culturas juvenis, potencializando suas vivências e reflexões como sujeitos de direitos e autores de suas próprias histórias. Dialogamos com Grinspun (2011) sobre a necessidade dos mais variados atores escolares estarem voltados para a construção de um projeto coletivo defendido pela escola e que é construído coletivamente e cotidianamente pela ação educativa de todos, inclusive os estudantes.

Se tratando de um espaço escolar, temos também como desafio incluir a temática da saúde mental no currículo. Enquanto professoras, temos a possibilidade de abordá-la nas entradas em sala de aula com as turmas, mas isso ainda é muito incipiente para a relevância que essa temática apresenta no cotidiano atual. No entanto, ainda lidamos com um currículo pouco flexível, que abarca diversos conteúdos importantes para a aprendizagem escolar, mas pouco próximo da realidade vivida pelos adolescentes e jovens. Abordar sobre saúde mental permite desmistificar diversas questões do imaginário e romper com paradigmas que impedem os sujeitos de buscarem práticas que promovam a saúde.

Cabe também ressaltar os desafios da equipe docente para lidar com as questões de saúde mental no cotidiano escolar. Cada vez mais, a pluralidade de situações coloca os educadores diante de cenários inéditos que exigem intervenções imediatas. Em muitas situações, o SOE é acionado para oferecer suporte e acolhimento, entretanto, pelos casos simultâneos compreendemos o limite para lidar com todas as situações. Entendemos que é necessário considerar os estudos da saúde mental na formação de professores. Como aponta Estanislau e Bressan (2014, p.20) “não há uma expectativa de responsabilizar os educadores e sim ofertar conhecimentos selecionados em saúde mental, baseados principalmente em aspectos de promoção e prevenção na prática educativa”. Enquanto professoras orientadoras, também apontamos a necessidade de promovermos e garantirmos esses espaços como parte das ações do currículo da orientação educacional.

## **Considerações finais**

Este trabalho se propôs a apresentar o processo de construção de ações para a saúde mental na esfera escolar com estudantes, familiares e educadores. Tendo como metodologia o relato de experiência e como locus de discussão o Ensino Fundamental – anos finais e o Ensino Médio de uma escola federal do Rio de Janeiro, foi possível desvelar aspectos relevantes na discussão sobre saúde mental, na interface entre saúde, educação, adolescências e juventudes.

O contexto se tornou elemento fundamental para essa análise. Ao compreendermos as especificidades dos adolescentes e jovens que frequentam uma escola pública federal na capital fluminense, ficam evidentes as desigualdades e a heterogeneidade entre eles. Assim, não é possível abordar questões de saúde mental desvinculadas de um contexto de privação de recursos dos quais muitos estudantes provêm. É nesse espaço plural que convivem lado a lado estudantes com diversificadas experiências de ser adolescente e ser jovem, e é nesse mesmo espaço que emergem inúmeras situações de sofrimento psíquico.

Enquanto pedagogas e orientadores educacionais, entendemos que é necessário garantir e ampliar os espaços de formação para toda a comunidade escolar. Ao garantir o acesso à informação assim como espaços de diálogo, estamos construindo uma comunidade sensível a um tema tão urgente e necessário que nos atravessa cotidianamente. No que se refere às famílias, geramos a oportunidade de trocas de experiências tanto com profissionais da saúde e da educação, quanto entre responsáveis que vivenciam situações similares no âmbito do desenvolvimento de jovens e adolescentes.

Apontamos a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema da saúde mental nas escolas, especialmente após o período de isolamento social. Reconhecemos que ainda há muito a ser construído, entretanto, ao revisitarmos nossas práticas, podemos dar luz às iniciativas que inauguram uma longa caminhada nessa direção. Os espaços de acolhimento, escuta e construção de vínculos permitiram a identificação e mapeamento de casos graves no âmbito do sofrimento psíquico, garantindo o correto encaminhamento e intervenção precoce. Propor novas ações é também compreender a necessidade de seguirmos em diálogo constante com as nossas práticas docentes para a construção de cenários outros de autonomia e formação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana Andrade. A Intervenção Psicomotora na escola: ressignificando as práticas do orientador educacional. *In: ALVES, Ricardo Carlos Santos; SCHAEFER, Kátia de Souza e Almeida Bizzo (org.). O olhar psicomotor na educação*. Curitiba: CRV, 2019.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 1, jun/2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkZrZQ5YgbmhcnkKzVq3x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DF, Casa Civil, 13 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 11 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei 13.819 de 26 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Brasília: DF, Secretaria Geral da Presidência da República, 26 abr. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm). Acesso em: 11 dez. 2023.
- ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo. (org.) **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FARAJ, Suane; SILVA, Ana Claudia Pinto da; MANFIA, Ágata Caetano; VALER, Alessandro; PATIAS, Naiana Dapieve. **Saúde Mental na Escola: reflexões sobre a saúde mental na comunidade escolar**. Santa Maria, RS: UFSM, NEDEFE, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/518/2020/05/Cartilha-Saude-Mental-na-Escola.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- FREIRE, Madalena. Educando o olhar da observação: Aprendizagem do olhar. *In: FREIRE, Madalena; CAMARGO, Fatima; DAVINI, Juliana; MARTINS, Mírian. Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I*. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.
- GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- GOMES, Marise Miranda; GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. **Orientadores educacionais em ação: novos tempos, novos rumos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.
- GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOTTA, Gabriela Spanghero. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. *In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012.

MUSSI, Ricardo; FLORES, Fábio; ALMEIDA, Claudio. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, out/dez 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direito: juventude, juventudes. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 25, p. 10-20, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4536/453644787002.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de. **Promoção de saúde mental de crianças e adolescentes na rede escolar**: desafios para a atenção psicossocial e a intersetorialidade. 2021. Tese (Doutorado em Psiquiatria e Saúde Mental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. 170ª sessão do comitê executivo. **Política para melhorar a saúde mental**. Washington DC, EUA, 20 a 24 jun. 2022. Disponível em: [https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-15-p-politica-saude-mental\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-15-p-politica-saude-mental_0.pdf). Acesso em: 11 dez. 2023.

SOUZA, Izabel Cristina de. Percepções de orientadores educacionais sobre apoio e parceria. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48557>. Acesso em: 19 dez. 2023.

### ***CRedit Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Não se aplica.

**Financiamento:** Não se aplica.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa.

**Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.

**Contribuições dos autores:** Autora 1: produção dos registros; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; redação do texto. Autora 2: produção dos registros; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; redação do texto.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

